



Editorial

Caros leitores, sejam bem-vindos a 3ª edição do nosso Newsletter Energia & Indústria Extractiva. Como sempre, recheada de uma vasta gama de informações de interesse público no que refere ao sector energético em Moçambique.

Em jeito de abertura, começamos com o tema de destaque na actualidade, preocupados com os repetidos acidentes ambientais decorrentes da exploração do petróleo, o também chamado ouro negro, coube-nos a tarefa de abordar essa questão na primeira página do nosso newsletter quinzenal, nele exploramos os cuidados a se ter em conta para que não sejamos mais um dos países que sofreram incidentes desta natureza, os quais acarretam elevados custos para a sua limpeza, principalmente, pelos danos causados a natureza.

Por outro lado, temos a questão das mudanças climáticas a qual merece especial atenção por parte de todos nós, desde o sector público, privado, sociedade civil e outras organizações que operam no sector. Mais além, trazemos a tona o cometimento dos EUA para a implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva, seguida da preocupação manifestada pela Agência Internacional de Energia (AIE) em dar acesso universal a energia moderna como um direito fundamental do cidadão.

Tudo está a ser feito para que o nosso estimado leitor seja o primeiro a saber de tudo que acontece no sector nem destaque.

Boa leitura!

Impactos ambientais resultantes da exploração do petróleo e gás natural em Moçambique: estamos razoavelmente preparados para os desafios?

“O petróleo é o recurso mais importante logo a seguir à água”
(Velho, 2010)

Vários autores estão de acordo que no século XXI o problema da degradação ambiental é comum e precisa de debates, acordos e sinergias promovidos por via da consciência da cidadania global. Admite-se ainda que, por causa de práticas económicas e sociais humanas o mundo, nos últimos tempos, tem estado a degradar-se de uma forma jamais vista na história humana.

A degradação do meio ambiente e morte de espécies, a falta de condições de vida adequadas em várias regiões da África, (onde se encontra os últimos mil milhões, de Paul Cullier), América Latina, Ásia, Europa do Leste, constitui evidência empírica dos malefícios da degradação do meio ambiente.

A degradação ambiental está fortemente ligada à utilização irracional dos recursos naturais, atingindo de maneira diferente os diversos ecossistemas e populações. Daí a necessidade de se considerar factores político-económicos,



socioculturais e bióticos na análise destes processos de degradação ambiental (Azevedo et al, 2007).

No caso brasileiro, considerava-se que a Petrobras tem aumentado suas actividades de exploração de forma exponencial nas últimas décadas, o que a tornou a maior produtora em terra e a segunda, em produção terra e mar, o que traz como consequência a expansão de toda a sua infra-estrutura de exploração

e de transporte do petróleo e / ou gás por ductos. Apesar dos constantes avanços nos sistemas de segurança operacional, a ocorrência de acidentes ainda é muito frequente, tornando os derramamentos de petróleo, uma importante ameaça para a qualidade ambiental (Azevedo et al, 2007).

O risco referido atrás é sustentado com o incidente verificado nos EUA envolvendo a

PUB.



Estamos na era do conhecimento, da inovação e das novas tecnologias de comunicação e informação

Siga-nos no site, twitter, facebook, newsletter,
Revista Energia Mocambique e na televisão
www.energiamocambique.co.mz/em

BP, onde o derrame de petróleo causou enormes prejuízos ambientais, obrigando a intervenção directa do Presidente Barack Obama, demonstrando a sensibilidade do assunto. O presidente americano pressionou a multinacional BP a cumprir com todas obrigações resultantes dos impactos ambientais, sociais e económicos causados pelo derrame de combustível no alto-mar num incidente envolvendo uma plataforma daquela firma. A questão que se levanta é seguinte: será que são muitos os líderes no mundo que conseguem pressionar as multinacionais em defesa dos interesses das suas nações? Em Estados com frágeis onde o primado da lei é uma miragem, qual seria a situação? Como países como Moçambique que gozam de uma estabilidade social, económica e política podem evitar a degradação ambiental e promover um desenvolvimento sustentável?

Assim, o petróleo é considerado um produto perigoso e seu transporte e manuseamento resulta em riscos ao meio ambiente e segurança humana. Entre os componentes poluidores provenientes de petróleo destacam-se os chamados Hidrocarbonetos Poli cíclicos Aromáticos (HPAs) por contribuírem para a permanência do óleo no meio ambiente e por sua toxicidade, sendo absorvidos por seres vivos (Azevedo et al, 2007).

Os acidentes com derramamento de petróleo não



afectam apenas as áreas de risco exploratório, mas são potencialmente perigosos a núcleos habitacionais, actividade de carcinicultura, salinas e principalmente ao ecoturismo. Um dos entraves ao controle da poluição e à melhoria da qualidade ambiental é a carência de ferramentas de menor custo, que demandem menor esforço amostral e que forneçam respostas mais rápidas sobre o estado do meio ambiente (Azevedo et al, 2007).

Deste modo, para conciliar os interesses comerciais envolvidos na exploração do petróleo e gás, em Moçambique, com as directrizes de planeamento e gestão ambiental, fazem-se necessário o mapeamento e a caracterização dos ecossistemas e ordenação dos mesmos segundo uma escala de sensibilidade ambiental, com o objectivo de obter melhores respostas aos possíveis derramamentos de petróleo, e reduzir as consequências ambientais do derrame de petróleo além de otimizar os esforços de contenção e limpeza /remoção.

Com esse objectivo são

utilizadas as cartas de sensibilidade ambiental (Cartas SAO, MMA 2002) que são de fundamental importância para o planeamento de contingência e avaliação de danos em casos de derramamento de óleo e constituem uma base essencial para o direccionamento de acções de resposta para derramamento de óleo, uma vez que identifica as áreas com prioridade de preservação, permitindo um melhor direccionamento dos recursos disponíveis e a mobilização das equipas de protecção e limpeza (Azevedo et al, 2007).

Demanda global por níquel subirá 6% em 2011

A demanda por níquel deve crescer 6% neste ano, para 1,57 milhão de toneladas, enquanto em 2012 atingirá 1,67 milhão de toneladas. Segundo estimativas do Grupo Internacional de Estudos do Níquel (INSG, na sigla em inglês), no ano passado, o consumo global de níquel alcançou 1,48 milhão de toneladas.

A produção primária de níquel refinado somou 1,44 milhão de toneladas em 2010, podendo crescer para 1,60 milhão de toneladas neste ano. O grupo projecta que, com novas capacidades iniciando sua produção antecipadamente e o aumento da produção no Canadá (com o fim das greves), a produção em 2012 deve alcançar 1,74 milhão de toneladas.

“Para 2011, haverá um pequeno excedente e, em 2012, pode ocorrer um aumento das reservas se os projectos tiverem início mais rápido do que o estimado”, afirmou o grupo, em relatório.

PUB.



SOUTH AFRICAN MINING COMPANIES
CORPORATE GOVERNANCE
PRACTICE IN SOUTHERN AFRICA

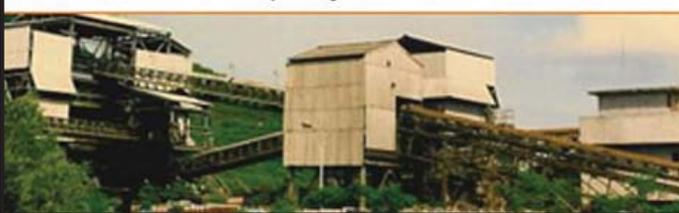
PROGRAMME
2010 - 2012
CROWN PLAZA HOTEL
ROSEBANK - JOHANNESBURG - SOUTH AFRICA



PUB.



Tecpro Systems Ltd.



Mudanças climáticas: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique no contexto da Globalização - algumas anotações teóricas e implicações práticas *Parte (1)*



As mudanças climáticas estão a tornar-se sinónimo da globalização e desterritorialização. Está tornando-se evidente que no mundo globalizado, a existência de uma governação global é imprescindível para lidar com este problema perante a crise de capacidade e legitimidade dos Estados em lidarem com este problema (Elliott, 2002). Consta-se que as políticas globais do ambiente são caracterizadas por desigualdades sociais, económicas e políticas.

Para Elliott (idem), o debate em

torno das mudanças ambientais deve ser fundamentalmente baseado na ética e moral. E a solução dos desafios das mudanças climáticas deve ir para além da legislação e regulação passando a incorporar tecnologias e comportamento económico apropriados. Ele deve finalmente procurar resolver problemas de in(justica) e (in)equidade social (Elliott, 2002:2).

Em concordância com o que foi dito acima, a globalização, vista numa perspectiva de um desenvolvimento a partir do uso e aproveitamento de recursos naturais, devia centrar-se no engajamento dos Governos, ONGs, organizações da sociedade civil, sector privado, do cidadão, organizações internacionais e demais actores na busca de uma efectiva plataforma global e/ou local que assegure a prática do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável devia servir de um mecanismo de redução

da pobreza e promoção da harmonia e equidade social evitando que ocorra a tragédia dos comuns, como resultado da irracionalidade colectiva causada pela racionalidade individual, perspectiva esta defendida por Mancur Olson que é usado por vários autores para explicar problemas relacionados com o desenvolvimento sustentável (Robinson, 2003 e Bührs, 2007).

Robinson (2003) e Bührs (2007) realçam a importância da promoção de políticas e práticas que conduzem a consciencialização da opinião pública mundial sobre o problema do meio ambiente, devido a enorme pressão sobre os recursos naturais que tem aumentado cada vez mais nos últimos tempos.

Ademais, os dois autores consideram que a prática do desenvolvimento sustentável pode

estar na vanguarda da luta contra os desequilíbrios entre as pessoas e povos no mundo. Para Elliott (2002) as políticas liberais e neo-liberais hegemónicas pouco tem conseguido em termos práticos na resolução de problemas relacionados com o meio ambiente. Sendo assim, o autor sugere a adopção de ética nas práticas políticas, as quais conduziram para a teorização e prática do projecto cosmopolitano que poderá fornecer uma ferramenta normativa para articular uma governação global mais equitativa e justa.

O mesmo autor defende ainda que existem motivos mais que suficientes para a adopção do projecto cosmopolitano porque os problemas relacionados com a degradação das condições ambientais transcendem as fronteiras dos Estado-nações.

Oferta de chumbo e zinco poderá crescer acima da demanda global

As perspectivas para o chumbo e para o zinco também apontam para crescimento da oferta acima da demanda global. Segundo divulgou o Grupo Internacional de Estudos de Chumbo e Zinco (ILZSG, na sigla em inglês), a procura pelo metal de chumbo refinado deve crescer 6,1% para 10,15 milhões de toneladas neste ano.

Mesmo diante do esfriamento do sector automotivo e do fechamento de muitas fábricas de baterias por razões ambientais, em 2012 a demanda por chumbo deve crescer 4%, para 10,56 milhões de toneladas.

A produção do minério, por sua vez, deve avançar 7,8% neste ano e 6,2% no ano que vem, impulsionada principalmente pelo aumento da oferta vinda da China, Índia e México.

Na mesma direcção, o relatório mostra que a demanda global por zinco está projectada para crescer 2,2% para 12,85 milhões de toneladas em 2011. Para 2012, as perspectivas apontam alta de 3,9%, para 13,35 milhões de toneladas. Fonte: Valor Online.

PUB.

**VISITA E PUBLICITE
AQUI E NO**

www.energiamocambique.co.mz

**OS SEUS PRODUTOS
E SERVIÇOS.**



**SUBSCREVA
ESTE
NEWSLETTER**

+258 21 32 71 16/ 17

+258 84 30 66 780

PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE S.A.



petromoc
Sempre Presente

PUB.



Obama anuncia cometimento dos EUA na implementação da ITIE

No âmbito do lançamento da Iniciativa de Parceria Governamental Aberta (OGP, sigla em inglês), o Presidente norte-americano, Barack Obama, declarou que o seu país vai implementar a Iniciativa da Transparência na Indústria Extractiva (ITIE).

De acordo com o comunicado da ITIE enviado à nossa Redacção, o estadista norte-americano prometeu dar continuidade à liderança dos EUA no seu esforço global de combate à corrupção, através da elaboração de uma legislação específica que possa obrigar as mineradoras, petrolíferas e companhias de gás a divulgar os pagamentos efectuados aos Governos estrangeiros.

“Hoje, posso afirmar que os EUA vão aderir à iniciativa global através da qual essas indústrias, Governos e a sociedade civil, todos possam trabalhar por uma maior transparência para que os contribuintes recebam cada dólar resultante da extração dos recursos naturais”, disse Obama.

Na sequência do anúncio, a presidente da ITIE, Clare Short, congratulou o cometimento do presidente Obama para implementação da ITIE, dizendo que a medida demonstra que os EUA e outros países desenvolvidos podem se beneficiar ao implementar a ITIE.

“Todos os países deveriam seguir o exemplo dos Estados Unidos”, disse Short.

Refira-se que a ITIE é uma iniciativa global para uma melhor transparência das receitas advindas dos recursos naturais. A ITIE é actualmente implementada em 35 países a nível mundial, 29 dos quais publicaram os pagamentos realizados companhias mineradoras aos Governos por meio de relatórios da ITIE, deixando claro aos cidadãos sobre quanto os governos recebem da exploração dos seus recursos.

A Noruega foi o primeiro país do mundo a aderir à ITIE.

Em jeito de comentário aos recentes acontecimentos que abalam o Médio Oriente e o Corno de África desde o princípio do ano, a presidente da ITIE disse:

“A Primavera Árabe promete democracia e mais abertura. Esperamos que países como o Egipto e a Líbia adiram à ITIE para assegurar que seus recursos sejam geridos para benefício do seu próprio povo. Os dias em que assistimos o esbanjamento irresponsável das riquezas naturais e do petróleo devem chegar ao fim”, frisou.

Moçambique teve a sua adesão adiada por incumprimentos de alguns pontos outrora preconizados pela agremiação, no entanto, segundo o website da ITIE, Moçambique continua com o estatuto de país candidato. O Governo moçambicano tem até ao dia 15 de Fevereiro de 2013 para cumprir com todos os critérios de adesão.

Acesso universal a energia moderna é uma meta alcançável

Providenciar energia para os milhares de milhões de pessoas que não têm acesso a energia é uma meta alcançável, diz relatório da Agência Internacional de Energia, que dentre outros pontos, afirma que o financiamento da organização deverá aumentar cinco vezes os níveis actuais com a implementação de reformas flexíveis.

De acordo com a agremiação, a pobreza energética é uma praga inaceitável, que não desaparecerá, a menos fortes, acções coordenadas sejam tomadas em uma escala global.

“Erradicar a pobreza energética é um imperativo moral, e este relatório prova-nos que isso é viável. Agora é só uma questão de reunir a vontade política”, disse a directora-executiva da AIE Maria Van der Hoeven durante a cerimónia do lançamento do relatório.

“Em muitos países hoje em dia, as crianças não podem fazer a sua lição de casa porque não têm luz. Os alimentos não podem ser conservados porque não há electricidade. Em suma, a sociedade moderna não pode funcionar. A Organização das Nações Unidas declarou 2012 o ano Internacional da Energia Sustentável para todos, e esta é uma excelente oportunidade para que todos nós concordemos sobre a acção colectiva rápida para resolver este problema inaceitável”, frisou.



O relatório da AIE, intitulado “Energia para Todos: acesso ao financiamento para os pobres”, é um trecho inicial do World Energy Outlook 2011.

A directora-executiva Maria Van der Hoeven e o economista-chefe da AIE, Fatih Birol, lançaram o relatório Energia para Todos, uma conferência especial levada a cabo pelo governo da Noruega e a AIE com vista a explorar soluções de financiamento e políticas para o aumento ao acesso à energia.

Refira-se que, uma das conclusões a que chegou o relatório é que mais de 1,3 bilhão de pessoas, ou seja, cerca de 20% da população global, não têm acesso à electricidade. Mais de 95% dessas pessoas estão ou na África subsaariana ou nos países em desenvolvimento da Ásia. O Acesso à energia moderna seria fundamental para melhorar as suas vidas, melhorando a educação, a igualdade de género, alcançando a sustentabilidade ambiental, evitando mortes prematuras por doenças respiratórias, e acelerar o crescimento económico e a prosperidade globais.

Para tal, é necessário um investimento de 48 mil milhões de dólares por ano de modo a fornecer acesso à energia universal para os bilhões de pobres do mundo que não dispõem dele até 2030.

Apesar de se tratar de mais de cinco vezes o nível actual de investimento para expandir o acesso à energia, o financiamento proposto representa apenas cerca de 3% do investimento projectado de energia global. *Fonte: AIE*

Governo nigeriano quer atrair empresários mineiros brasileiros para o país africano

- Um das principais carências da Nigéria são oportunidades de negócios para mineiros.



As exportações de Minas para a Nigéria ainda são tímidas, passaram de US\$ 15,5 milhões para US\$ 120,1 milhões em 2010. Nesse mesmo período, o pico das importações foi registado em 2007, mas em 2010 pairava nos US\$ 29,5 milhões. E o país compra muito. As importações atingiram US\$ 44,2 bilhões em 2010, alta de 30,5% em comparação com o ano anterior.

“Em 2009, a balança comercial brasileira foi de US\$ 5,9 bilhões, mas, hoje, o Brasil não chega a vender US\$ 1 bilhão para a Nigéria. Temos condições de equilibrar a balança, mantendo o patamar já alcançado. É um mercado espectacular não

PUB.

SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO

só para compra e venda, como também para instalação de fábricas brasileiras e prestação de serviços no país”, afirmou o embaixador Geraldo Muzzi, presidente de honra do Centro de Negócios Nigéria-Brasil.

Muzzi destacou que a região precisa “urgentemente” de investimentos brasileiros nos sectores eléctrico, de mineração e tecnologia. E também destacou potencial no comércio de etanol.

O presidente da Câmara Nigéria-Brasil, Olusegun Michael Akinruli, explicou que por muitos anos o país, localizado no Golfo de Guiné, é dependente dos recursos gerados pela exploração de petróleo, mas que, hoje, busca diversificar a sua economia.

“O empresário brasileiro tem de ser mais agressivo porque os chineses estão a invadir. No entanto, queremos produtos de qualidade, equivalentes aos do Brasil. Há incentivos para essa parceria com vista a melhorar a vida dos nigerianos”, disse o ministro encarregado de negócios e investimentos da embaixada da Nigéria, Salawu Oricha Bello.

Kayode Fayemi, governador de Ekiti, estado nigeriano conhecido pela sua liderança empresarial, chamou a atenção para benefícios com os quais os brasileiros podem contar para expandir seus negócios na região.

Guiné Conacry: Vale procura contornar a exigência dos 35% de participação em projecto bilionário

A mineradora brasileira, Vale, pretende debruçar-se nos próximos 60 dias sobre as novas normas de regulação e costurar propostas de negociação amigável que permita à empresa fechar um bom acordo com o Governo local, sem ter de ceder 35% do seu negócio, segundo apurou o Valor.

A Vale está em processo de avaliação do projecto Simandou à luz das novas condições regulatórias do sector de mineração na Guiné Conacry, país da África Ocidental. Lá, a mineradora está a desenvolver dois jazigos de minério de ferro de primeira linha, com produção estimada de 50 milhões de toneladas anuais a partir de 2020, um investimento orçado em 7 bilhões USD.

O novo código de mineração aprovado, no mês passado, pelo Governo do presidente Condé, o qual entra em vigor, em Dezembro, e tem como exigência a participação de 15% do Estado nos projectos de mineração em curso no país e a opção de compra futura de mais 20% a preço de mercado.

Há informações de que o Governo da Guiné pode criar dispositivo para flexibilizar esses direitos, instituindo um imposto especial sobre o lucro das mineradoras que investem no país. Ou ele (Governo) opta por ser sócio entre 15% e 35% do investidor estrangeiro, como parece ser o caso da australiana Rio Tinto, concorrente da Vale, ou pode converter isso em dinheiro, recebendo o pagamento do imposto sobre o lucro. A Vale já paga isso em algumas províncias onde desenvolve operações de níquel, no Canadá.

O novo Código de Mineração da Guiné não alterou a questão da propriedade e manteve a validade dos direitos de concessão, seja de lavra, seja de licença de exploração de quem já os possui. A Vale, no ano passado, adquiriu por US\$ 2,5 bilhões, já tendo pago US\$ 500 milhões, participação de 51% na BSG Resources, por concessões de minério de ferro em Zogota (Simandou Sul) e por licenças de exploração nos blocos 1 e 2 em Simandou Norte. Os US\$ 2 bilhões restantes serão pagos em etapas, durante desenvolvimento do projecto.

O projecto da mina de Zogota já tem direito de lavra e estudo de viabilidade e encontra-se em andamento. Tem serviços importantes adiantados, como a terraplenagem. A Vale trabalha com a projecção de produzir um milhão de toneladas de minério de ferro em Zogota, em 2012, com expectativas de chegar a 15 milhões de toneladas até 2014, conforme era previsto no início deste ano.

No entanto, com a produção dos blocos 1 e 2 de Simandou Norte, o total subiria até 50 milhões de toneladas/ano.

“É um projecto gigante”, admitiu Murilo Ferreira, novo presidente da Vale, em entrevista recente ao Valor. Na época, ele já aguardava a nova regulamentação do sector no país para fechar um novo acordo com o Governo da Guiné.

A Vale pretende erguer na Guiné um complexo que terá ferrovia e porto, como todo negócio de mineração. A princípio, estava prevista a construção de uma ferrovia para escoamento do minério no litoral da Libéria, país vizinho. A ideia, que chegou a ser negociada na gestão de Roger Agnelli, era construir um sistema integrado para transporte do minério de Simandou até o terminal marítimo da costa atlântica do país vizinho.

Ferreira, indagado sobre a logística do projecto, disse que “era absolutamente obrigatório ter uma logística suficiente para o escoamento do minério. O que prevalece no acordo é que seria escoado pela Libéria”. Entretanto, como o acordo será refeito, o Governo de Condé, com forte viés nacionalista, poderá exigir nova solução logística que não passe por um país estrangeiro.

Uma das vantagens das novas regras do sector na Guiné é que isenta de impostos as importações de máquinas e equipamentos para os projectos de mineração. Também foi reduzido de 15% para 10% o imposto de renda cobrado sobre os dividendos pagos sobre o lucro do projecto. Na nova regulação, o direito de lavra terá 25 anos de duração, podendo ser renovado a cada 10 anos. Outros pontos importantes envolvem programas de responsabilidade social, emprego e anti-corrupção. Fonte: Valor Económico

Guiné Conacry: Vale procura contornar a exigência dos 35% de participação em projecto bilionário

A mineradora brasileira, Vale, pretende debruçar-se nos próximos 60 dias sobre as novas normas de regulação e costurar propostas de negociação amigável que permita à empresa fechar um bom acordo com o Governo local, sem ter de ceder 35% do seu negócio, segundo apurou o Valor.

A Vale está em processo de avaliação do projecto Simandou à luz das novas condições regulatórias do sector de mineração na Guiné Conacry, país da África Ocidental. Lá, a mineradora está a desenvolver dois jazigos de minério de ferro de primeira linha, com produção estimada de 50 milhões de toneladas anuais a partir de 2020, um investimento orçado em 7 bilhões USD.

O novo código de mineração aprovado, no mês passado, pelo Governo do presidente Condé, o qual entra em vigor, em Dezembro, e tem como exigência a participação de 15% do Estado nos projectos de mineração em curso no país e a opção de compra futura de mais 20% a preço de mercado.

Há informações de que o Governo da Guiné pode criar dispositivo para flexibilizar esses direitos, instituindo um imposto especial sobre o lucro das mineradoras que investem no país. Ou ele (Governo) opta por ser sócio entre 15% e 35% do investidor estrangeiro, como parece ser o caso da australiana Rio Tinto, concorrente da Vale, ou pode converter isso em dinheiro, recebendo o

pagamento do imposto sobre o lucro. A Vale já paga isso em algumas províncias onde desenvolve operações de níquel, no Canadá.

O novo Código de Mineração da Guiné não alterou a questão da propriedade e manteve a validade dos direitos de concessão, seja de lavra, seja de licença de exploração de quem já os possui. A Vale, no ano passado, adquiriu por US\$ 2,5 bilhões, já tendo pago

US\$ 500 milhões, participação de 51% na BSG Resources, por concessões de minério de ferro em Zogota (Simandou Sul) e por licenças de exploração nos blocos 1 e 2 em Simandou Norte. Os US\$ 2 bilhões restantes serão pagos em etapas, durante desenvolvimento do projecto.

O projecto da mina de Zogota já tem direito de lavra e estudo de viabilidade e encontra-se em andamento. Tem serviços importantes adiantados, como a

Energias Renováveis: Espanha inaugura a maior central solar a escala comercial do mundo

Espanha inaugura a maior central solar a escala comercial do mundo

Em Espanha, perto da aldeia de Fuentes de Andalucía, foi inaugurada a maior e primeira central de energia solar de concentração construída à escala comercial.

Dois mil seiscentos e cinquenta grandes espelhos direccionam os raios solares para um receptor no topo de uma torre de 137 metros.

Mesmo sem sol, a energia armazenada pode gerar electricidade para 15 horas.

“A produção de electricidade é mais elevada no Verão que no Inverno, mas é um projecto para operar durante todo o ano”, sublinhou o director técnico da central.

O complexo que pode fornecer 19.9MW de potência, o

suficiente para uma cidade de 100 mil habitantes, foi inaugurado com a presença do Rei Juan Carlos de Espanha e do príncipe Sheikh Mohammed bin zayed Al Nahyan do Abu Dhabi. *Fonte: Euronews*

Anglo American aposta na demanda por níquel a longo prazo

Anglo American aposta na demanda por níquel a longo prazo

Apesar da queda de mais de 15% nos preços internacionais do níquel, no mês passado, a demanda pelo metal está forte e oferece boas perspectivas, informou aquela que é, na actualidade, uma das maiores mineradoras do mundo, a Anglo American.

Segundo a presidente global da mineradora, Anglo American, Cynthia Carroll, a instabilidade nas cotações ainda não gerou nenhum cancelamento no segmento. “Estamos a debater com os nossos fornecedores e os pedidos não serão cancelados nos próximos dois anos”, afirmou a executiva.

Carroll enfatizou que a volatilidade dos mercados tem sido provocada principalmente pela crise nas economias europeias, com impactos fortes nos preços das commodities. Mas essa é uma situação de curto prazo. “O panorama para a indústria a médio e longos prazos é bom”, completou. *Fonte: Infomine*

terraplenagem. A Vale trabalha com a projecção de produzir um milhão de toneladas de minério de ferro em Zogota, em 2012, com expectativas de chegar a 15 milhões de toneladas até 2014, conforme era previsto no início deste ano.

No entanto, com a produção dos blocos 1 e 2 de Simandou Norte, o total subiria até 50 milhões de toneladas/ano.

“É um projecto gigante”, admitiu Murilo Ferreira, novo presidente da Vale, em entrevista recente ao Valor. Na época, ele já aguardava a nova regulamentação do sector no país para fechar um novo acordo com o Governo da Guiné.

A Vale pretende erguer na Guiné um complexo que terá ferrovia e porto, como todo negócio de mineração. A princípio, estava prevista a construção de uma ferrovia para escoamento do minério no litoral da Libéria, país vizinho. A ideia, que chegou a ser negociada na gestão de Roger Agnelli, era construir um sistema integrado para transporte do minério de Simandou até o terminal marítimo da costa atlântica do país vizinho.

Ferreira, indagado sobre a logística do projecto, disse que “era absolutamente obrigatório ter uma logística suficiente para o escoamento do minério. O que prevalece no acordo é que seria escoado pela Libéria”. Entretanto, como o acordo será refeito, o Governo de Condé, com forte viés nacionalista, poderá exigir nova solução logística que não passe por um país estrangeiro. *Fonte: Valor Económico*

PUB.



ENERGIA & INDÚSTRIA EXTRACTIVA
Newsletter Quinzenal 2011
Câmara de Comércio e Indústria de Moçambique

Ficha Técnica

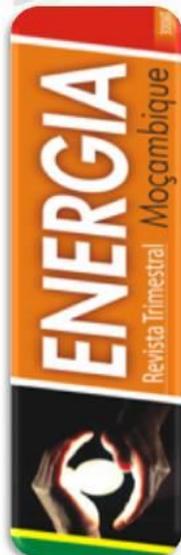
Concepção Maquetização e Produção
STATUS-Consultores de Comunicação

DISP. REG. N 5 GABINFO/DEC/2008

Morada: Av. 25 de Setembro, n° 1123
Prédio Cardoso

Telef.: +258 21 32 71 16/ 17
Fax: +258 21 32 71 17

Director: Inguila Sevene
Comercial: Virgílio Fernandes
Editor: Aunorio Simbine
Email: status@tvcabo.co.mz
Website: www.status.co.mz e www.energiamocambique.co.mz



Prédio Cardoso - Av. 25 de Setembro,
N.112, 1º e 2º andar, porta N. Tel. :
21327116 / 21327117. Fax: 4258 300
948. Caixa postal : 302.
www.status.co.mz

newsletters

Energia Moçambique

News letter profile:

O Newsletter quinzenal *Energia e Indústria Extractiva* é um dos vários canais do Projecto Media Energia Moçambique disponível em formato electrónico em www.energiamoçambique.co.mz/en, e impresso através da revista trimestral *Energia Moçambique*, contando ainda com programa televisivo com o mesmo nome transmitido na Televisão de Moçambique as quartas-feiras.

O Newsletter *Energia e Indústria Extractiva* veicula os principais acontecimentos passíveis com forte impacto no sector da energia e indústria extractiva tanto a nível nacional, regional e internacional. Como o projecto media *Energia Moçambique*, o Newsletter é o primeiro e único com especialização em Energia e Indústria Extractiva, o que faz dele um canal privilegiado e exclusivo para empresas que pretendam anunciar as suas marcas neste canal.

Tabela de preços:

Vinheta - 180 USD (a escolha do anunciante em qualquer espaço do Newsletter)

- Contracto anual com direito a vinheta no website Energia Moçambique.

Rodapé - 200 USD (na parte inferior do Newsletter)

- Contracto anual com direito a uma vinheta no website Energia Moçambique.

Orelha direita/primeira página - 250 USD

- Contracto anual com direito a uma vinheta no website Energia Moçambique.

facebook®

www.facebook.com/energia.mocambique